

Processos de libertação (descolonização) no conto “Partida do trem”, de Clarice Lispector*

Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres **

Adelia Miglievich-Ribeiro ***

Resumo

Análise do conto “A partida do trem”, de Clarice Lispector, à luz das contribuições da crítica literária feminista, dos estudos pós-coloniais e pós-modernos, que explicitam os discursos de poder que negam a condição de sujeito e silenciam a chamada alteridade. Somamos ainda a perspectiva decolonial latino-americana para desenvolver a ideia de “colonialidade de gênero”. O estudo tem como foco as personagens femininas que protagonizam a obra, seus deslocamentos e trânsitos, assim como aspectos de subalternidade e colonialidade. O embasamento teórico deste trabalho pautou-se nas contribuições de Spivak (2010), Bhabha (2013), Hall (2014), Quijano (2013), Lugones (2011), Lerma (2010), Butler (1987), Derrida (1991), dentre outros autores.

Palavras-chave

Clarice Lispector; subalternidade; relações de gênero; subjetividade.

Abstract

Analysis of the short story “A Partida do Trem” of Clarice Lispector, in light of the feminist literary criticism contributions, of postcolonial and postmodern studies, which explain the discourses of power that deny the condition of subject and silence the so-called otherness. We also added the Latin American decolonial perspective to developing the idea of “gender coloniality”. The study focuses on female characters who are main figure in the work, their displacement and transit as well as aspects of subalternity and coloniality. The theoretical basis of this paper was guided in contributions of Spivak (2010), Bhabha (2013), Hall (2014), Quijama (2013), Lugones (2011), Lerma (2010), Butler (1987), Derrida (1991), among other authors.

Keywords

Clarice Lispector; subalternity; gender relations; subjectivity.

* Artigo recebido em 15/08/2017 e aprovado em 10/10/2017.

** Aluna no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), área de concentração em Estudos Literários.

*** Doutora em Ciências Humanas, com área de concentração em Sociologia, pelo PPGSA-IFCS-UFRJ. Professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atuando nos Programas de Pós-graduação em Letras (mestrado e doutorado) e de Ciências Sociais (mestrado).

Introdução

Os estudos pós-coloniais, a teoria literária feminista e o pós-modernismo têm a ganhar ao serem postos em diálogo. Trazemos a análise sobre personagens femininas de Clarice Lispector, não para chamar a escritora por quaisquer dos rótulos acima, mas para ver se as indagações e propostas advindas de tais abordagens são capazes de oferecer uma releitura da literatura clariceana.

Escolhemos o conto “A partida do trem” para nosso exercício de análise. Tal narrativa está situada no livro intitulado *Onde Estivestes de Noite* (1997). Compõe-se por títulos como “A partida do trem”, “Onde estivestes de noite”, “As maniganças de Dona Frozina” e outros. Estes contos, em sua maioria, como também observa Nádya Gotlib (1995), tratam de mulheres que são tomadas por um mal estar, por um desejo profundo, pelo receio do novo e certa nostalgia de um tempo que sabem não voltar mais. Renato Gomes (1997) afirma que os contos “A partida do trem” e “A procura de uma dignidade” expõem a crise interior que permeia a vida das mulheres narradoras e a ruptura com uma ordem anterior que as sustentava, a partir de pontos circunstanciais, mais banais ou menos, mas causadores de um desequilíbrio que é o mote das histórias que Clarice nos conta.

Tivemos como percurso metodológico o estudo bibliográfico e a análise textual. Pautando-se numa abordagem crítica acerca das narrativas da escritora em questão. No que tange à representação dos “femininos”, enfatizamos, em acordo com nossa opção teórica, as identidades como híbridas e transitórias.

Iniciamos por uma retomada teórica, importante para a análise aqui apreendida. Apresentamos alguns conceitos ligados às perspectivas adotadas. Salientamos uma vez mais que, ao trazer esse aporte teórico, não pretendemos rotular Clarice Lispector e sua obra sob uma única rubrica inevitavelmente redutora, mas destacar o caráter multifacetado de sua produção que nos permite sua recepção em múltiplas leituras, bem como atualizações infindas, sem que, por isso, sejamos infiéis à sutileza de sua autoria. Isso é possível, pois o fazer literário de Clarice revela uma escritora à frente de seu tempo, que consciente disto ou não, é capaz de trazer à tona problemáticas que ainda ecoam na sociedade do século 21. Assim, ainda que esta escritora não pertença ao contexto da mulher retratada por Gayatri Spivak (2010) – a indiana subalternizada –, Lispector, por meio de sua obra, promove a escuta de outros silêncios, o das mulheres urbanas, brasileiras, que vivenciam situações de subalternidade por meio da

invisibilidade social, e abre a possibilidade, mesmo inintencionalmente, para a reivindicação feminina e feminista no espaço da literatura.

Abordagem teórica: conceitos e perspectivas

Ao trazermos para o campo da crítica literária a proposta de estudar as personagens femininas construídas por Clarice Lispector em sua obra, adentramos no campo de estudo conhecido como Crítica Literária Feminista. Essa área da crítica literária surgiu da necessidade de pensar a participação da mulher no espaço literário, seu reconhecimento enquanto escritora e a forma como são representadas nas obras literárias, escritas por mulheres e homens.

Este debate surgiu principalmente entre intelectuais francesas, inglesas e norte-americanas, que deram o pontapé inicial para a construção do arcabouço teórico deste campo de estudo. A publicação de *Sexual Politics*, de Kate Mille, em 1970, é considerada, segundo Dheiky Rocha (2007), como o marco da crítica feminista. Nessa obra, a autora traz à tona o questionamento da posição secundária em que a mulher aparece nas obras de autoria masculina. Nesse sentido, a crítica feminista tem como objeto de estudo os estereótipos femininos produzidos nas obras literárias, tanto de autoria masculina quanto feminina, e busca desconstruir alguns desses estereótipos, além de mapear as peculiaridades dos textos produzidos pelas mulheres. Preocupa-se ainda com a construção social do *ser mulher* em suas várias representações: mãe, esposa, trabalhadora, dentre outras.

A crítica de vertente angloamericana iniciou-se na década de 1960, e tinha como propósito expor as práticas sexistas a fim de erradicá-las, como afirma Moi (2006). Segundo o estudioso supracitado, as escritoras que se destacaram nesse campo e que construíram a base da crítica angloamericana foram: Virginia Woolf, Simone de Beauvoir, Katherine M. Rogers, Mary Ellmann, Kate Millett. Vale ressaltar que sua atuação não se dava somente no campo da ficção, as reivindicações caminhavam em direção ao contexto político e social da época. No que toca ao universo literário, Heloísa Buarque de Hollanda (1994) chama atenção para dois compromissos assumidos por essa tendência. Um trata-se da problematização do cânone literário, dos padrões estabelecidos de estética e da crítica literária tradicional. O outro compromisso corresponde ao resgate das obras produzidas por mulheres, que embora existissem, foram excluídas da história da literatura.

Já na crítica de vertente francesa há uma ampliação do campo de estudos, que passam a considerar questões de linguística, semiótica e psicanálise, como afirma Rocha (2007). Hélène Cixous e Julia Kristeva são escritoras que, segundo Moi (2006), se destacaram no período. Sobre a relação entre a emancipação da mulher e os estudos de psicanálise, havia uma preocupação das críticas dessa corrente em identificar uma espécie de *subjetividade feminina*. Desse modo, de acordo com os estudos de Hollanda (1994), a psicanálise servia de instrumento para explorar o inconsciente feminino em busca de uma unidade perdida que fosse capaz de libertar as mulheres da subalternidade.

No contexto brasileiro, a pesquisadora supracitada, destaca que a crítica feminista surgiu no país nos anos 1970, ampliando-se na década de 1980. Uma curiosidade sobre os estudos feministas destinados à literatura no Brasil é apresentado por Rocha (2007), segundo o qual, apesar da formalização desse campo ter ocorrido nos anos 1970, desde 1943, ano de publicação de *Perto do Coração Selvagem*, Clarice Lispector inaugurara uma abordagem feminista na literatura. A despeito da autora não se declarar feminista, Rocha observa que seu romance soube retratar exemplarmente a sociedade patriarcal de então, revelando o contexto de opressão e subalternidade vivenciado pelas mulheres, ainda que sem poder se utilizar do acúmulo da crítica feminista que se daria nos anos seguintes. Sobre a inflexão feminista na literatura nos anos posteriores, Hollanda (1994, p. 14-15) afirma:

Nas décadas de 60 a 70, as questões da identidade e diferença foram inegavelmente importantes, tendo conseguido abrir espaços e canais de expressão institucionais como a imprensa feminista, o cinema da mulher e os estudos feministas enquanto área do conhecimento. Neste quadro, a introdução da categoria gênero representou o aprofundamento e a expansão das teorias críticas feministas. O estudo das relações de gênero, agora substituindo a noção de *identidade*, passa a privilegiar o exame dos *processos de construção* destas relações e das formas como o poder as articula.

Hollanda (1994) destaca na citação acima a importância da categoria gênero. Tal conceito surgiu no campo das ciências sociais, a partir do movimento feminista, por volta dos anos sessenta. Essa categoria identificou o *ser mulher e o ser homem* como um construto social, cultural. Houve, nesse contexto, um rompimento com o discurso biológico, que fundamentava a noção de fragilidade feminina e justificava a dominação masculina. Segundo Margareth Rago (1998, p. 92-93):

A categoria gênero permitiu nomear os campos das práticas sociais e individuais que conhecemos mal, mas que intuímos de algum modo. [...] Fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente.

Concordamos com a Rago (1998) no que tange à importância da categoria destacada acima. A partir dela novos olhares foram lançados sobre o feminino e o masculino e aspectos antes naturalizados ganharam novas dimensões de análise sobre a perspectiva social. Nesse sentido, Heilborn et al (2010) salienta que a categoria gênero permitiu também que tanto o feminino quanto o masculino passassem a ser vistos de forma plural, agregando assim novas demandas aos movimentos feministas.

No entanto, tal categoria não está cristalizada, assim como o próprio feminismo, ou feminismos, tendo sofrido, pois, questionamentos e passado por revisões recentes. Lembramos aqui de Judith Butler (1987) que realiza um debate crítico acerca de pressupostos vinculados ao sexo e a gênero. Butler (1987) propõe a reflexão sobre a possibilidade de abertura da categoria gênero. Haja vista que, segundo a autora, o gênero acabou por se tornar uma categoria fixa como se o fosse o construto social, tanto quanto seria o sexo no plano da anatomia. Ao contrário, para Butler (1987, p. 142), “[...] o gênero é um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo no mundo”. Com base no pensamento da autora, observamos que o gênero já não deriva de aspectos culturais e psíquicos estáticos, tampouco é definitivo, pois se trata de um ato reflexivo e de (des)construção ininterrupta. Trata-se de um projeto sutil, baseado na interpretação da realidade, suas sanções, seus tabus e prescrições. A liberdade de gênero existe na tensão constante com as normas sociais, fazendo transparecer a dificuldade de se viver fora das normas estabelecidas. Ainda assim, é impossível supor que haja um único perfil de mulher, exceto do ponto de vista normativo como um “fardo”. Os femininos (e os masculinos) são múltiplos, marcados pela transitoriedade.

Ainda sobre o processo de revisão dos pressupostos feministas, Betty Lerma (2010) ressalta a necessidade de pensar o feminismo, nascido no contexto europeu e norte-americano, como mais um discurso colonial, afinal o discurso por este cunhado sobre mulher, feminino, patriarcado corresponde à realidade daqueles países, não explicando, por exemplo, a realidade das mulheres que vivem no chamado *terceiro mundo*. Lerma (2010) chama atenção, nesse ponto, para a *colonialidade do saber*, afinal o que se tem é uma lógica de que o europeu produz o conhecimento, que é aceito como universal, e esse conhecimento é reproduzido acriticamente pelo mundo colonizado. Essa autora defende o *feminismo decolonial*, a partir do qual se dá o questionamento da ideia universal de mulher (branca, moderna e ocidental) e passa a se incluir na produção

teórica feminista as óticas distintas e pautadas em realidades não contempladas pelo feminismo tradicional. Podemos citar o ideário feminista afro-indo-latino-americano como exemplo ao se voltar para as sociedades ameríndias e para as questões da negritude, ao assumir a problemática específica da escravização e da desumanização de contingentes populacionais inteiros, com o foco nas mulheres.

Na esteira da aproximação entre o feminismo e os estudos pós-coloniais, Bonnici (2012, p. 25) destaca uma relação estreita entre as duas perspectivas teóricas, cunhando uma “metáfora da mulher como colônia”. Nesse contexto, o autor destaca a existência de um processo de dupla colonização da mulher nas sociedades pós-coloniais. Para ele: “o feminismo trouxe à tona muitas questões que o pós-colonialismo havia deixado obscuras; por outro lado, o pós-colonialismo ajudou também o feminismo a precaver-se de pressupostos ocidentais do discurso feminista” (BONNICI, 2012, p. 25). Sobre os estudos pós-coloniais, Julia Almeida (2013) salienta o papel desses estudos junto à revisão das narrativas tradicionais, agindo de modo a desconstruí-las, propondo ainda um olhar para o processo histórico-cultural, partindo agora da visão do colonizado ao invés do ponto de vista do colonizador.

No que corresponde aos estudos acerca da mulher e literatura, no caso brasileiro, Hollanda (2014) ressalta ainda a abordagem pós-colonial como uma possibilidade de fundamentar um estudo crítico na área, pois ressalta o papel que deve ser assumido pela crítica feminista: o de denunciar a reprodução de *axiomas imperialistas*, que silenciam os sujeitos – e os sujeitos-mulheres - em nossa realidade.

As perspectivas de análise acima propostas convergem segundo Bonnici (2005, p. 55), a saber: “junto com o feminismo, o pós-colonialismo e o pós-modernismo são talvez as correntes culturais que mais se destacaram no final do século XX”. Além disso, o autor lembra que essas correntes são responsáveis pela criação de novos parâmetros para a crítica social, afinal, elas “[...] criticam as epistemologias modernas fundacionistas e desmascaram a situação contingente particular e histórica daquilo que até o passado recente era considerado como necessário, universal e a-histórico” (BONNICI, 2005, p. 56). É digno de nota lembrar que a aludida convergência no modo como essas correntes pensam a realidade social não as tornam equivalentes, mas sim que seu diálogo nos proporciona outra via para analisar, em nosso caso, a condição feminina em sua pluralidade.

Por isso, quando nos voltamos para a questão da colonialidade como internalização psíquica do sistema político colonial parece apropriado recorrer ao

pensamento de Michel Foucault (1979) sobre as relações de poder. Para o autor, “[...] o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 1979, p. 248), que não se encerra numa instituição somente. Com base no exposto, Foucault (1979) ressalta que é preciso pensar sobre como as grandes estratégias de poder se ampliam de maneira tal, que dominam também as microrrelações de poder, pois é a partir dessa dominação que ocorre o controle social. Foi nesse contexto, segundo o estudioso, que o corpo foi moldado, gerou-se um saber sobre ele e conseqüentemente o seu disciplinamento. A disciplina, portanto, está diretamente vinculada ao espaço social, correspondendo assim à garantia de que cada pessoa ocupará o lugar e o papel que lhe foi atribuído. É interessante recordar aqui o conceito de corpo dócil, visto que a condição de docilidade foi sempre atribuída ao sexo feminino. Assim, o corpo dócil corresponde àquele “que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2008, p. 118). É justamente essa disciplina que vai gerar os sujeitos submissos, subalternos.

Importante para esta análise é também Derrida (1991) em sua explanação acerca da *différance*. Este autor acentua o lugar da diferença na linguagem, ao trocar propositalmente a letra “e” pela letra “a”. E ao fazê-lo destaca que a *différance* é “movimento pelo qual a língua, ou qualquer código, qualquer esquema de reenvios em geral se constitui ‘historicamente’ como tecido de diferenças” (DERRIDA, 1991, p. 43). Trata-se, portanto, de um jogo a partir do qual os significados só são encontrados quando relacionados a elementos que estão fora, que não pertençam à coisa em si. Nesse sentido, o conceito apresentado por ele se constitui numa síntese entre espaçamento e temporização. O autor cita a ideia de tempo presente como um exemplo, este não é ele próprio, quicá é seu passado ou seu futuro, há um espaçamento entre eles, o que gera a síntese do presente. Afinal, como aborda Adelia Miglievich Ribeiro (2012, p. 05):

Seguindo a proposta derridiana, a diferença cultural é também *différance*, identidades simultâneas, plurais e parciais que se manifestam em fluxos ininterruptos a colocar em xeque qualquer essência ou fundamento rígido e imutável que, até então, sustentava o discurso da modernidade, negando seus conceitos hifenizados, sua condição híbrida de nascença.

Outro estudioso que contribuiu com as nossas reflexões acerca da identidade foi o pós-colonial Stuart Hall (2014). Comungamos com a sua defesa de que o sujeito pós-moderno nega a noção de identidade fixa e unificada, pois percebe em si a convivência

entre várias identidades, que nem sempre são convergentes ou bem resolvidas. Nesse contexto, segundo Hall (2014):

A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2014, p. 11-12).

É justamente a reflexão sobre essa variedade de identidades e identificações que encontramos no texto clariceano. Personagens que parecem aceitar seu papel social, seu lugar no mundo, mas que levam os leitores a questionar sua própria condição social. Não à toa o recurso a Foucault, de um lado, e a Derrida, de outro, para pensar a respeito das identidades múltiplas, transitórias, híbridas das personagens que estudamos, assim como para problematizar os lugares a elas destinados pela sociedade representada na obra de Clarice Lispector.

Somamos à análise a contribuição de Homi Bhabha (2013) sobre o *entre-lugar*, a margem e a fronteira, enquanto espaço de transformação, onde as ideias tradicionais já não fazem mais sentido. Bhabha (2013, p. 20) destaca:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses 'entre-lugares' fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade (BHABHA, 2013, p. 20).

É neste espaço que ocorre a reflexão sobre a diferença e conseqüentemente é nele que as identidades são postas em movimento. Bhabha (2013) aborda a questão da alteridade e da identificação dos sujeitos com outros, num jogo de aproximações e distanciamentos que nos lança todos no campo da *indecidibilidade*, entendida como “um espaço de indecisão entre ‘desejo e realização, entre a perpetração e sua lembrança [...]’. Nem futuro nem presente, mas entre os dois” (BHABHA, 2013, p. 99). Assim, o discurso pós-colonial de Bhabha (2013) ratifica que os sujeitos são constituídos por posturas diversas, jamais abandonando totalmente o passado nem se fixando neste, também recusando se tornar alguém unificado no futuro. Ambos os traços conformam a identidade/identificação de cada um como sujeitos híbridos. Ao lançar mão da categoria hibridismo, como um elemento capaz de desestabilizar o colonizador, Bhabha (2013) define-o:

O hibridismo é o signo da produtividade do poder colonial, suas forças e fixações desluzantes; é o nome da reversão estratégica do processo de dominação pela recusa (ou seja, a produção de identidades discriminatórias que asseguram a identidade “pura” e original da autoridade). O hibridismo é a reavaliação do pressuposto da identidade colonial pela repetição de efeitos de identidade discriminatória. Ele expõe a deformação e o deslocamento inerentes a todos os espaços de discriminação e dominação (Bhabha, 2013, p. 185).

Utilizamos, por diversas vezes, os termos subalterna, subalternidade, cabe-nos agora trazer a abordagem teórica que os sustentam. Para tanto recorreremos a Gayatri Chakravorty Spivak (2010), que ao refletir sobre a representação do colonizado, o identifica enquanto sujeito *subalterno*. Tal sujeito é descrito como aquele que não tem voz ativa, representado invariavelmente por *outros*, muitas vezes, intelectuais que falam por eles, ou seja, teorizam por eles. Ao fazer essa reflexão, Spivak (2010, p. 40) chama a atenção para o fato de que “a pessoa que fala e age [...] é sempre uma multiplicidade”, de modo que nenhum “intelectual e teórico [...] [ou] partido ou [...] sindicato” é capaz de representar “aqueles que agem e lutam”. Assim, ao negar a possibilidade de representação efetiva, a autora questiona a construção do sujeito colonial como a alteridade, considerando-a como uma violência epistêmica.

Vale ressaltar a dedicação de Spivak (2010) para elucidar a situação de subalternidade da mulher, no caso, indiana, que vive um duplo processo de subordinação: ao sistema, que se desdobra naquele interno à sua sociedade e no sistema colonial, e ao sujeito masculino, seja ele subalterno como ela ou não. Ressalta que essa:

É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objeto da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 85).

É pensando na condição feminina, que Spivak (2010) reivindica que a mulher intelectual exerça o papel de permitir que os sujeitos subalternos falem por si mesmo, ou melhor, que consiga escutar o que tem a dizer esses sujeitos em seus eloquentes silêncios, pois é disso que eles na verdade carecem, não de porta-vozes que jamais conseguiram ler nas entrelinhas de suas histórias e dramas. A estratégia de Spivak é a semiologia pela qual ela decodifica códigos e acordos entre os poderosos que, até hoje, serviram tão só ao emudecimento daquelas que chegaram a ousar dizer que protegiam. Com base no pressuposto da audição (e da criação de audiências) é que a mulher intelectual poderá garantir o lugar de fala da subalterna, fazendo-a trilhar os caminhos da autorrepresentação.

Destacamos que apesar do colonialismo como sistema político-econômico ter chegado ao fim, a *colonialidade* ainda persiste e reverbera em esferas distintas: no *poder*, no *saber* e no *ser*. Um dos estudiosos que abordam essa temática é o sociólogo Aníbal Quijano (2013, p. 01), segundo o qual “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista”, que utilizou e utiliza critérios de raça e gênero como elementos de manutenção de seu poder. O poder se constitui então como “[...] uma malha de relações de exploração/dominação/conflito que se configuram entre as pessoas na disputa pelo controle do trabalho, da “natureza”, do sexo, da subjetividade e da autoridade” (QUIJANO, 2013, p. 46). Outro expoente desse assunto é Maldonado-Torres (2013, p. 29) que, assim como Quijano (2013), entende que a “[...] ‘colonialidade do poder’ é um modelo de poder especificamente moderno que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção do conhecimento”. A colonialidade ao compreender o campo epistemológico e gerar uma hierarquia de conhecimento e a (in)validação mesma de um saber tendo como parâmetro a razão moderna também viabiliza a manutenção do *status quo*, exemplo disso é a valorização que é dada à ciência como conteúdo de verdade, e a subestimação do senso comum. Essa forma de agir leva a manutenção das desigualdades sociais, pois os que têm seu conhecimento subestimado permanecem numa condição subalterna. É a relação entre poder e saber, segundo Maldonado-Torres (2013), que condiz à colonialidade também do ser. Para ele, “este ser-colonizado emerge quando poder e pensamento se tornam mecanismos de exclusão [...]. É verdade que o ser-colonizado não resulta do trabalho de um determinado autor ou filósofo, mas é antes o produto da modernidade/colonialidade na sua íntima relação com a colonialidade do poder, com a colonialidade do saber e com a própria colonialidade do ser” (MALDONADO-TORRES, 2013, p. 32).

Há ainda o movimento conhecido como descolonialidade, também chamado de decolonialidade. Este atua por meio do questionamento e contestação de lugares e papéis que são normalmente assumidos pelos sujeitos subalternos. Assim como os estudos pós-coloniais, o movimento decolonial problematiza a situação de subalternidade apregoada aos herdeiros do processo colonial, reivindicando epistemologias próprias acerca de si e do mundo.

A história oral nunca foi tão valorizada quanto pela descolonialidade, ao se supor que esta pode capturar enunciados que a ciência rejeitaria a princípio, caso não pudessem ser registrados em seus prévios quadros analíticos. Também, as narrativas em

geral, se seus narradores podem desfrutar de seu acúmulo cultural para se comunicar. Usualmente, o pós-colonial e o descolonial vão permitir a valorização de vozes apartadas quer dos compêndios científicos quer da literatura canônica.

Pode parecer curioso que, distintamente das tendências acima, tenhamos eleito uma “autora canônica” para a partir dela operacionalizar uma leitura descolonizadora de seus escritos, percebidos a luz das questões que nos incitam como suficientemente reveladores de situações de subalternidade experimentadas por suas personagens mulheres. É precisamente este o sentido da crítica aqui elaborada, isto é, sublinhar a escrita inintencionalmente pós-colonial de Clarice Lispector ao se permitir “escutar” as dúvidas, inquietações, angústias, esperanças, decepções, recomeços de suas protagonistas subalternas. Assim, feitas algumas considerações teóricas que fundamentam a análise por nós empreendida, no próximo tópico nos dedicamos ao conto “A partida do trem” e suas personagens.

Dona Maria Rita e Angela Pralini: subjetividades

“A partida do trem” contém um narrador reflexivo que está sempre muito perto dos personagens, identificando-se com eles e seus pesares. O conto apresenta ao leitor uma viagem de trem empreendida por duas personagens, desconhecidas entre si, Dona Maria Rita Alvarenga Chagas Souza e Melo – Dona Maria Rita – e Angela Pralini, ambas na expectativa de modificar suas vidas. A viagem consiste no espaço-tempo em que ocorre toda trama.

“A partida do trem” coloca-se na mesma linha temática: a errância (fuga), a velhice, a rejeição. Também narrado em terceira pessoa, concentra a narrativa em um único episódio: a viagem de trem põe frente a frente duas mulheres. D. Maria Rita Alvarenga Chagas Souza Melo, uma velha bem vestida e com joias, que ia para a fazenda de um filho, como “um embrulho que ia de mão em mão”, e Ângela Pralini (curiosamente o mesmo nome da personagem em processo de criação de *Um sopra de vida*), que ia para a fazenda de uns tios, fugindo do homem a quem ama (GOMES, 1997, p. 04).

Diante das duas personagens, o narrador vai alternando os registros, ora apresenta o fluxo de consciência de Dona Maria Rita e sua avaliação sobre os que o cercam, inclusive Pralini, ora trata das divagações da moça em relação ao homem (Eduardo) a quem deixara. Por questões metodológicas trataremos separadamente de cada personagem em sua especificidade. Como dissemos, não existia entre elas relação alguma anterior ao encontro no trem, onde casualmente essas duas mulheres compartilham um espaço físico durante a viagem que mudará suas vidas. No início da viagem, trocam umas poucas palavras, em seguida, cada uma volta-se para o próprio

pensamento, fechando a possibilidade de interação entre elas. Entretanto, a viagem corresponde a duas histórias e fases distintas da vida de uma mulher (37 e 77 anos) que se cruzam, revelando que a subalternização da mulher transpassa gerações e é contínua apesar dos períodos da vida distintos. Porém, cada uma das duas viajantes, em sua introspecção, revisita suas circunstâncias e escolhas mostrando-nos que é possível buscar as vias de saída da condição de subalternidade (e infelicidade) também em qualquer etapa da vida. Iniciemos por Dona Maria Rita, a mais velha:

Dona Maria Rita Alvarenga Chagas Souza Melo desceu do Opala da filha e encaminharam-se para os trilhos. A velha bem vestida e com joias. Das rugas que a disfarçavam saía a forma pura de um nariz perdido na idade, e de uma boca que outrora devia ter sido cheia e sensível. Mas que importa. Chega-se a um certo ponto – e o que foi não importa. Começa uma nova raça. Uma velha não pode comunicar-se. Recebeu o beijo gelado de sua filha que foi embora antes do trem partir (LISPECTOR, 1997, p. 21).

A primeira apresentação que o narrador faz da senhora já nos leva a refletir sobre o sujeito subalterno e colonizado que assim se constitui na negação de seu reconhecimento como autor de sua história. É marcante, no caso da mulher de 77 anos, o fenômeno da degradação física e o quanto isso a incomoda, as rugas são para ela motivos de disfarce, pois lhe roubam a juventude e a beleza de outrora, além disso, há a percepção nítida de que já não é a mesma pessoa, o que é adere à perspectiva de transitoriedade, fluxos e *différance* que vimos em Hall (2014).

Desse modo, tratar do processo de descolonização do feminino é preconizar a existência de uma colonialidade de gênero, que implica em mecanismos de autoridade e dominação sobre a mulher, oprimindo-a, marginalizando-a. É María Lugones (2011), uma das estudiosas do campo do feminismo *decolonial*, quem aborda o tema:

Al pensar la colonialidade de género, yo complejizo su comprensión del sistema global capitalista de poder, pero también crítico su propia comprensión del género com sólo visto em términos del acceso sexual a las mujeres. Al usar el término *colonialidad* mi intención es nombrar no sólo una clasificación de pueblos en términos de la colonialidade de poder y el género, sino también el proceso de reducción activa de las personas, la deshumanización que los hace aptos para la clasificación, el proceso de subjetificación, el intento de convertir a los colonizados em menos que seres humanos (LUGONES, 2011, p. 108).

Desta perspectiva, a mulher idosa vivencia no processo de envelhecimento sua desumanização. Ela perde a vitalidade do corpo, deixa de se enquadrar no estereótipo de mulher enquanto objeto sexual e reprodutora da espécie. Invisível no cerne de uma sociedade que ainda recusa a mulher como produtora de cultura, associando-a a uma noção de natureza idealizada, quer em seus atributos positivos quer negativos. A mulher procria e gere o espaço doméstico, alimenta física e emocionalmente o companheiro e

os filhos. O mais que faça não a tira de sua primeira condição cujas principais aliadas são a juventude, a saúde, a beleza, nos padrões da sociedade do consumo, volátil, exigente, tirânica.

A transformação trazida pela idade ganha tons exagerados a tal ponto que o narrador clariceano chega a cogitar que a partir da velhice há a formação de uma nova *raça*: “Chega-se a um certo ponto – e o que foi não importa. Começa uma nova raça” (LISPECTOR, 1997, p. 21). Entretanto, observamos que o avançar da idade não inaugura o *novo*, a ruptura com padrões antes coercitivos, ao contrário, a velhice parece aprofundar a experiência anterior de subalternidade da mulher, aqui, independentemente da posição social que ocupe, sinônimo disso é a afirmação de que uma velha não pode se comunicar, é determinada pelo silêncio. Fiquemos atentos a esse aspecto, pois “el silenciamiento del/a subalterno/a aparecería cortando la posibilidad potencial del habla. Habla en el sentido de que la voz deje de ser mero ruido, para denunciar la injusticia. Por ende el silenciamiento es otra de las formas que adoptó el colonialismo y, contemporáneamente, la colonialidade” (BIDASECA, 2011, p. 68).

Karina Bidaseca (2011) chama a nossa atenção para o fato da colonialidade usar do silenciamento do subalterno como forma deste não se fazer ouvir, como dizia Spivak (2010), mantendo-o numa condição de subalternidade. Ao não poder se comunicar, já que não é portadora de uma voz que se possa ouvir, nem pela própria filha, Dona Maria Rita, na sua condição de “velha”, mantém-se imersa em sua *colonialidade*.

A idosa estava tão desacostumada com certas cordialidades destinadas à sua pessoa que estranhou a atitude de Angela Pralini ao lhe oferecer uma troca de lugar, quando aquela pareceu ter se perturbado com o fato de estar sentada contrariamente à direção que tomava o trem, ou quando um rapaz se ofereceu para levantar o vidro da janela. A delicadeza dos que ali se encontravam provocou um efeito de riso na senhora, *desconfigurando-lhe* ainda mais a face: “[...] Ela sorriu um pouco demais e os lábios cobertos de talco se partiram em sulcos secos: ela estava encantada” (LISPECTOR, 1997, p. 22). Assim como Angela, o rapaz havia mexido com os sentimentos da senhora:

Oh não!, pensou Angela, estava se estragando tudo, o rapaz não deveria ter dito isso, era demais, não se devia tocá-la de novo. Porque a velha, quase a ponto de perder a atitude de que vivia, quase a ponto de perder certa amargura, tremia com música de cravo entre o sorriso e o extremo encanto:

- ‘Não, não, não, disse ela com falsa autoridade, de modo algum, obrigada, só queria olhar’ (LISPECTOR, 1997, p.23).

Após toda a situação de graça e constrangimento, afinal estava sendo de algum modo notada, as passageiras se puseram em silêncio e, nesse momento, Dona Maria Rita começa a pensar em sua condição social. O pensamento da senhora leva-a a refletir que sua vantagem econômica seria uma saída para seu *status* de velha, como se sua subalternidade, seu silêncio, pudessem ser compensados pela riqueza, e descobre que não.

Dona Maria Rita olhou de novo para o próprio anel de brilhantes e pérola no seu dedo, alisou o camafeu de outro: “Sou velha mas sou rica, mais rica que todos aqui no vagão. Sou rica, sou rica.” Espiou o relógio, mais para ver a grossa placa de ouro do que para ver as horas. “Sou muito rica, não sou uma velha qualquer.” Mas sabia, ah bem sabia que era uma velhinha qualquer, uma velhinha assustada pelas menores coisas (LISPECTOR, 1997, p. 25).

Esta idosa pode ser analisada do ponto de vista foucaultiano enquanto um corpo dócil, tão atribuído ao sexo feminino. Um corpo dócil é um corpo facilmente manipulável, “que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2008, p. 118), ou seja, disciplinado, compreendendo-se que a disciplina tem o papel de promover submissão. Elódia Xavier (2007), na trilha de Foucault, observa que o corpo disciplinado compreende e se adequa perfeitamente às regras e guia-se por meio delas. A regra torna-se uma norma a direcionar todos os setores da vida dos sujeitos dóceis. Como revela Foucault (2008), a norma se constitui na nova lei da disciplina na sociedade moderna, assim, “[...] O normal se estabelece como princípio de coerção” (FOUCAULT, 2008, p. 153).

Dona Maria Rita tem um lugar específico na vida de sua família, principalmente na de sua filha. Vivia-o rigorosamente e sem questionamentos. Ao analisar sobre esse lugar, durante a viagem, observa que, apesar da riqueza, sempre estivera sozinha, era frágil e era dócil: “Lembrou-se de si, o dia inteiro sozinha na sua cadeira de balanço, sozinha com os criados, enquanto a filha “public relations” passava o dia fora, só chegava às oito da noite, e nem sequer lhe dava um beijo” (LISPECTOR, 1997, p. 25).

A filha, identificada sempre pela profissão *public relations* na forma estrangeira da palavra, é no texto o símbolo de opressão: “Bem que dona Maria Rita esperara que a filha ficasse na plataforma do trem para dar-lhe um adeusinho, mas isto não aconteceu” (LISPECTOR, 1997, p. 31). A *public relations*, em que pese o fato ser uma mulher, teria ultrapassado esta condição ao preço da perda da afetividade e representa o espaço público, produtivo, ou seja, o inverso da condição apresentada por Dona Maria Rita, já degradada pelo tempo e condicionada ao espaço privado que representa o lar. Portanto,

não há tempo/espço no mundo a que a filha pertence para o cuidado com a mãe idosa, abandonando-a.

A senhora, apesar de inserida num contexto em que o desprezo à velhice aparenta ser natural, sente vergonha de sua condição de idosa e solitária: “A velha fingia que lia jornal. Mas pensava: seu mundo era um suspiro. Não queria que os outros a acreditassem abandonada. Deus me deu saúde para eu viajar só. Também sou boa de cabeça, não falo sozinha e eu mesma é que tomo banho todos os dias” (LISPECTOR, 1997, p. 28).

Estar, como mulher idosa, viajando sozinha não lhe dá liberdade nem autoestima. Sente o abandono e subalternidade entre os demais passageiros, pensando, o que nos faz pensar também, em sua condição de invisibilidade, afinal não eram somente a solidão e a vergonha social do desamparo que a afligiam: as pessoas não a enxergavam, ela parecia não participar do tempo presente. Assim, “Dona Maria Rita pensava: depois de velha começara a desaparecer para os outros, só a viam de relance. Velhice: momento supremo. Estava alheia à estratégia geral do mundo e a sua própria era parca. Perdera os objetivos de maior alcance. Ela já era o futuro” (LISPECTOR, 1997, p. 28).

A alternativa para dar uma reviravolta em sua condição é estabelecida através da viagem de trem e na expectativa de encontro com o filho, que segundo a narrativa, é bem distinto da filha e supostamente lhe daria a atenção pretendida:

A velha pensou: seu filho era tão bondoso, tão quente de coração, tão carinhoso! Tratava-a de “mãezinha”. Sim talvez eu passe o resto de minha vida na fazenda, longe da “public relations” que não precisa de mim. E minha vida deve ser muito longa, a julgar pelos meus pais e avós. Podia alcançar fácil, fácil, cem anos, pensou confortavelmente. E morrer de repente para não ter tempo de sentir medo. Persignou-se discretamente e pediu a Deus uma boa morte (LISPECTOR, 1997, p. 39).

Como disse a Angela Pralini, ao se apresentar, a senhora Maria Rita estava indo definitivamente viver com o filho na fazenda, outro espaço privado e distante da vida badalada e social que levava a *public relations*. Apesar de perceber no filho uma promessa de felicidade e um destino melhor do que junto à filha, entende-se como “[...] um embrulho que se entrega de mão em mão” (LISPECTOR, 1997, p. 24). Mas o trânsito de uma vida a outra lhe garantia ao menos a esperança de sair da invisibilidade.

Ao abordar a condição da idosa, o narrador apresenta ao leitor a visão que Angela Pralini tinha a respeito de Dona Maria Rita, impressão que perpassa o fluxo de consciência desta personagem, a qual serviu para destacar no conto a presença de

Lispector e claro do diálogo entre suas obras, afinal a própria Angela Pralini é personagem de outra história. Isso reforça a tendência de Clarice Lispector de reunir fragmentos de textos seus e reconstruí-los: “A velha era anônima como uma galinha, como tinha dito uma tal Clarice falando de uma velha despudorada, apaixonada por Roberto Carlos. Essa Clarice incomodava. Fazia a velha gritar: tem! que! haver! uma! porta! de saíída! E tinha mesmo” (LISPECTOR, 1997, p. 39).

O trecho citado pertence ao conto “À procura de uma dignidade”, presente no livro *Onde estivestes de noite* (1997), no qual a Sra. Jorge B. Xavier, após se perder por diversas vezes nos labirintos do Rio de Janeiro e também nos da própria vida, busca uma forma de superar os desafios. Naquela obra a porta de saída foi o suicídio. Diante do exposto refletimos: qual seria a porta de saída que idealizou Angela Pralini ao trazer Clarice Lispector para a história? Não sabemos, porém ela buscava uma alternativa para si, e o encontro no trem a fez desejar a existência de possibilidades também para Dona Maria Rita.

A senhora, por sua vez, sofre por não poder parar o tempo: “[...] Falhei. Estou velha. E fingiu ler o jornal só para se dar uma compostura (LISPECTOR, 1997, p. 39). Contudo o sentimento de impotência diante do tempo não a fez perder a esperança de encontrar a tal *porta de saída*, pois através da percepção de dona Maria Rita, demonstrada pelo narrador, a saída estaria no encontro com o filho, nas possibilidades de vida que teria na fazenda. Vida que se iniciou com a partida do trem, rumo a um destino ao qual não sabemos se ela logrou chegar, pois ao final do conto: “No intervalo entre o boné do carregador e do nariz de uma jovem, lá estava a velha dormindo inflexível, a cabeça empertigada sob o chapéu de feltro, um punho fechado sobre o jornal” (LISPECTOR, 1997, p. 42). Se é sono de morte ou de vida, cabe a cada leitor imaginar.

A história de Angela Pralini se entrecruza à de dona Maria Rita ao tomarem o mesmo trem e dividirem o mesmo vagão. Esta personagem é quarenta anos mais nova que a senhora de que há pouco falamos. Angela estava de partida para a fazenda dos tios e tinha como motivo para viagem Eduardo, ou melhor, libertar-se dele: “Angela lembrou-se do bilhete que deixara para Eduardo: ‘Não me procure. Vou desaparecer de você para sempre. Te amo como nunca. Adeus. Tua Angela não foi mais tua porque você não quis’” (LISPECTOR, 1997, p. 24).

Enquanto os transtornos de Dona Maria Rita advinham de sua invisibilidade, sobretudo, perante a filha, Angela Pralini era perturbada pelo namorado. Conforme é

narrado, a personagem estava magra (sete quilos a menos) e tinha como motivo para isso as tantas tentativas de “[...] acompanhar o raciocínio brilhante e ininterrupto de Eduardo: bebia café sem açúcar sem parar para se manter acordada” (LISPECTOR, 1997, p. 27). Jovem, tinha todos os atributos físicos que a tornavam uma mulher desejável, ao contrário da idosa já desgastada pelo tempo, afinal “[...] tinha os seios muito bonitos, eram seu ponto forte. Tinha as orelhas em ponta e uma boca bonita e arredondada, beijável” (LISPECTOR, 1997, p. 27). Angela consistia, pois, no contraponto de dona Maria Rita, tudo o que ela já fora um dia, mas naquele vagão é agora o futuro que importa, tanto o seu quanto o da jovem.

A história de Angela Pralini, durante a viagem de trem, perpassa o fluxo de consciência da personagem em que a memória da vida com Eduardo é lembrada, dialogando com ele, em contraponto à expectativa da passageira idosa em face da nova vida que encontrará na fazenda. De algum modo a vida com Eduardo sufocava Angela: “[...] Ela aproveitava o apito gritado do trem para que ele fosse o seu próprio grito. Era um berro agudo, o seu, só que virado para dentro. Era uma mulher que mais bebia uísque no grupo de Eduardo. Aguentava de 6 a 7 de uma vez, mantendo uma lucidez de terror” (LISPECTOR, 1997, p. 27).

Por mais uma vez, a busca pelo direito ao grito e sobretudo o fato desse grito ser voltado para dentro nos põe diante de uma personagem marcada pela subalternidade que se lê em seu emudecimento, submissa aos hábitos do companheiro e seu círculo. Esta personagem faz-nos refletir sobre a colonialidade do poder, de que nos fala Quijano (2013) e, conseqüentemente, sobre a colonialidade do saber e do ser. Eduardo representa o saber institucionalizado, admirado por todos. Diante disso, ela se via obrigada a acompanhá-lo e ser aceita por ele e seu grupo:

“Eduardo”, pensou ela para ele, “eu estava cansada de tentar ser o que você achava que sou. Tem um lado mau – o mais forte e o que predominava embora eu tenha tentado esconder por causa de você – nesse lado forte eu sou uma vaca, sou uma cavala livre e que pateia no chão, sou mulher de rua, sou vagabunda – não uma ‘letrada’”. Sei que sou inteligente e que às vezes escondo isso para não ofender os outros com minha inteligência, eu que sou uma subconsciente. Fugi de você, Eduardo, porque você estava me matando com essa sua cabeça de gênio que me obrigava a quase tapar os meus ouvidos com as duas mãos e quase gritar de horror e cansaço (LISPECTOR, 1997, p. 33).

Enquanto a relação perdurou, Angela seguiu as concepções de vida do amado na crença de que a infelicidade e a passividade eram o caminho certo a seguir. Através deste relacionamento amoroso, a personagem, imersa na colonialidade do ser, tem sua subjetividade controlada e lhe parecem inquestionáveis os papéis atribuídos aos

gêneros. Porém, de acordo com Bidaseca (2010), ser subalterno não implica condenar-se à passividade eternamente, visto que “[...] la subalterna también actúa para producir efectos sociales y reclama igualdad em la diferencia” (BIDASECA, 2010, p. 7). Assim, a atitude de tomar o trem faz com que Pralini busque novos rumos para sua vida, conseguindo, quiçá, destituir-se de seu lugar enquanto sujeito silenciado:

[...] estou livre!!! Estou ficando mais saudável, oh vontade de dizer um desaforo bem alto para assustar todos. [...] Eu não caio nessa de que o certo é ser infeliz, Eduardo. Quero fruir de tudo e depois morrer e eu que me dane! me dane! me dane! [...] Passividade. Eu não vou nessa também, nada de passividade, quero é tomar banho nua no rio barrento que se parece comigo, nua e livre! viva! Três vivas! Eu abandono tudo! tudo! e assim não sou abandonada [...]. Edu, você sabe? eu te abandono [...] E abandono o grupo falsamente intelectual que exigia de mim um vão e nervoso exercício contínuo de inteligência falsa e apressada (LISPECTOR, 1997, p. 34).

Angela decide fugir da vida que levava com Eduardo, que ela aprendera ser a mais correta, mas que também consistia no tipo de vida que ela não mais suportava, na qual não cabiam os seus “eus” e os seus “outros”, múltiplos, sua identidade multifacetada. Tinha que fazer as suas próprias vontades às escondidas, as leituras dos quadrinhos, de revistas (nada muito profundo). Drogava-se para se manter com ele e conforme ele a via.

Apesar da decisão de deixar tudo para trás e recomeçar na fazenda dos tios, Angela ainda temia não conseguir ir até o fim, em sua fuga. Essa atitude habita o campo da indecibilidade, de que nos fala Bhabha (2013), afinal apesar de sofrer por se sentir aprisionada, ela ainda não se libertara, continuava amando o homem a quem deixara e, de certa forma, as marcas da vida que levava a seguiriam pela vida inteira. A citação a seguir ilustra a situação descrita: “Quando finalmente o trem se pusera em movimento, Angela Pralini acendera o cigarro em aleluia: receava que, enquanto o trem não partisse, não tivesse coragem de ir e terminasse por descer do vagão” (LISPECTOR, 1997, p. 40).

Aqui a narrativa remete-nos ao pensamento de Stuart Hall (2014), a partir do qual entendemos mais uma vez a identidade em constante processo de transformação e jamais única. A personagem tem consciência da sua necessidade de renovação, ou melhor, da impossibilidade de ser sempre a mesma. Percebe-se em sua transitoriedade, compreende que não há nada de fixo em viver:

Enquanto isso Angela Pralini efervescendo como as bolhinhas da água mineral Caxambu, era uma: de repente. Assim: de repente. De repente o quê? Só de repente. Zero. Nada. Estava com trinta e sete anos e pretendia a cada instante recomeçar sua vida. Como as bolhinhas efervescentes da água Caxambu. As sete letras de Pralini

davam-lhe força. As seis letras de Angela tornavam-na anônima (LISPECTOR, 1997, p. 42).

O trem chega à sua estação, ela pega os seus pertences, vê a senhora dormindo, não ousa acordá-la, e sai sem se despedir, mas perturbada pela ideia de que a senhora acordará e encontrará somente o banco vazio.

Ambas as mulheres através da viagem buscam uma saída para sua subalternidade, acessam seu direito ao *grito* embora ainda mudo, mas acima de tudo se veem em movimento e põem em movimento suas realidades. Carecem, contudo, do encontro com experiências similares mesmo quando diferentes. É por isso que se reconhecem, no silêncio, e se comunicam nele. Lugones (2011, p. 116) nos mostra que “una no se resiste a la colonialidad del género sola. Una se resiste a ella desde dentro de una forma de comprender el mundo y de vivir en él que es compartida y que puede comprender las acciones que una emprende, permitiendo así el reconocimiento”.

É justamente a busca por uma nova forma de ver o mundo e de vivenciá-lo que dá força aos personagens clariceanos para reverem suas histórias, assim faz Angela Pralini, quando troca a vida de *mulher de intelectual* ao lado de Eduardo pela vida livre na fazenda da família, o mesmo ocorre com Dona Maria Rita, que busca na vida junto com filho uma forma de driblar a invisibilidade a que estivera sempre submetida no trato com a filha bem-sucedida. A chegada delas aos seus destinos, bem como a sua realização ficam por conta de nossa imaginação a cada leitura e releitura da obra.

Considerações Finais

Clarice Lispector, por meio de sua obra, nos permite pensar sobre a condição feminina e questionar as identidades tidas como fixas, assim como os lugares socialmente destinados às mulheres. Apesar de não propor ou de não se reconhecer enquanto feminista, suas personagens se mostram insatisfeitas com a opressão vivida, fazendo-nos, seus leitores, refletir sobre como reverter a situação de subalternidade que acomete as mulheres. Assim, por meio de sua obra, aqui especificamente do conto “A partida do trem”, pudemos pensar também sobre como a mulher tem sido representada no meio literário, observando que a autora, apesar de tratar de situações cotidianas, nos leva a identificar as identidades transitórias que atravessam as personagens femininas por ela criadas, possibilitando-nos uma escuta rara dos silêncios de cada qual. As mulheres clariceanas têm desejos, sonhos, medos, anseios; ainda não se revelaram ao mundo

plenamente, mas estão percorrendo a delicada travessia para existir e dar sentido à sua existência.

Desse modo, o conto “A partida do trem”, apresenta-nos uma personagem atormentada pela velhice, dona Maria Rita, que sofre por conta da carência, do abandono, da invisibilidade, aspectos que são marcantes na narrativa. A senhora se incomoda ainda com o jeito frio da filha, por um lado, e tem, por outro, uma visão provavelmente idealizada do filho, em direção de quem vai, e nesta ida de um lugar a outro, sente-se como alguém inútil que é conduzida ao bel prazer alheio. A invisibilidade do sujeito idoso é em todo tempo demarcado no conto, que mostra uma sociedade obcecada pela força (re)produtiva e beleza desejante da juventude. Neste conto, surge ainda a personagem Angela Pralini, moça que acaba viajando no mesmo vagão que a senhora. Ela, assim como a idosa, partia em busca de uma mudança de vida, ia para a fazenda dos tios a fim de se libertar do namorado, que parecia lhe exigir ser mais do que ela poderia ser, alguém que ela não era, simplesmente. Ao decidir deixá-lo, rompe com a cadeia de submissão em que estava envolvida, marcando que o sujeito subalterno não está condenado à passividade.

“A partida do trem” dá voz a duas personagens, uma mulher idosa e uma jovem, ambas infelizes, mas não estagnadas, pois estão em movimento como o trem, na busca de seu lugar no mundo. Não se trata, nem uma nem outra personagem, de identidades acabadas ou monolíticas. Esta é a contribuição da abordagem pós-moderna que explicita o processo infinito da *différance* derridiana, que instala a inevitabilidade do devir na construção de sujeitos que se deslocam diante de si e em relação ao outro. A partir do encontro entre duas mulheres de distintas gerações, Clarice vai desvendando estereótipos, que permeiam a subjetividade das figuras envolvidas. Descobrimos ainda, do ponto de vista pós-colonial, como as subjetividades submissas arriscam, diferentemente nos dois casos, algum protagonismo em sua vida e como vivem a dor das travessias que nunca se completam.

Referências

ALMEIDA, Júlia. Perspectivas pós-coloniais em diálogos. In: ALMEIDA, Júlia, MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia, GOMES, Heloisa Toller (orgs.). *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, pp. 9-29.

BIDASECA, Karina, LABA, Vanesa Vazquez. FEMINISMOS Y (DES) COLONIALIDAD. LAS VOCES DE LAS MUJERES INDÍGENAS DEL SUR. I Jornada “Feminismo, (Pos)colonialidad y Hegemonía. Descolonizando el feminismo desde y em América latina” organizado por el Programa “Pensamiento fronterizo y transfronterizo en los estudios feministas” (Instituto de Altos Estudios Sociales, UNSAM) y Glefas, 30/10/2010 [<http://pt.scribd.com/doc/59692783/bidaseca-y-Vazquez-Laba-Feminismos-Del-Sur#scribd> - acesso em: julho/2014].

_____. Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café": desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial Andamios. Revista de Investigación Social, vol. 8, núm. 17, septiembre-diciembre, 2011, pp. 61-89. Universidad Autónoma de la Ciudad de México, Distrito Federal, México [<http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=62821337004> – acesso: julho de 2014].

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 (1998), 394 p.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. 2. Ed. Maringá: Eduem, 2012, 377 p.

_____. *Conceitos-chave da Teoria Pós-Colonial*. Maringá – PR: Eduem, 2005 (2004), 48 p.

BUTLER, Judith. Variações sobre Sexo e Gênero Beauvoir, Wittig e Foucault. In: CORNELL, Drucilla (org.). *Feminismo como crítica da modernidade releituras dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Editora Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro: 1987, pp. 139-154.

DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas, SP: Papyrus, 1991, 374 p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 35 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, 288 p.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, 432 p.

GOMES, Renato Cordeiro. Errâncias, Labirintos, Mistérios. s/p. In: LISPECTOR, Clarice. *Onde estivestes de noite*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997, 122 p.

GOTLIB, Nádia Batella. Clarice. *Uma vida que se conta*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995, 493 p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014, 102 p.

HEILBORN, Maria Luiza, Araújo, Leila, Barreto, Andreia (Orgs). *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP – GeR: módulo II*. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010, 266 p.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, 288 p.

_____. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira abordagem [http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/os-estudos-sobre-mulher-e-literatura-no-brasil-uma-primeira-abordagem-9/ - acesso: junho de 2014].

_____. O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil. In: _____. Gêneros mediações e práticas de escrita. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2003. [http://books.google.com/books?hl=pt-R&lr=&id=QOzcHeENsz8C&oi=fnd&pg=PA15&dq=teoria+liter%C3%A1ria+feminista&ots=qVpbK_3NM2&sig=mcRw6M0OAsErw4IBK7SIVO5AF-#v=onepage&q=teoria%20liter%C3%A1ria%20feminista&f=false - acesso em: 18 jun. 2013].

LERMA, Betty Ruth Lozano. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a um feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. La manzana de la discordia. Julio-Diciembre, año 2010, vol. 5, nº2: 7-24. [http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/Vol5N2/art1.pdf - acesso: 20/07/2014].

LISPECTOR, Clarice. *Onde estivestes de noite*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997, 94 p.

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. La manzana de la discordia, Julio - Diciembre, Año 2011, Vol. 6, No. 2: 105-119. [http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/V6N2/art10.pdf - acesso em: junho/2014].

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, Império e Colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul* [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013, pp. 337-382.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Intelectuais, Diáspora e Cultura: por uma crítica antimoderna e pós-colonial. *Mouseion*, n. 12, mai-ago/2012, pp. 44-55. ISSN 198-7207. [http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/402/408 - acesso em: junho de 2014].

MOI, Toril. *Teoría literaria feminista*. Madrid: Cátedra, 2006, 200 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul* [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013, pp. 73-117.

RAGO, MARGARETH. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu* (11) 1998: pp.89-98. [http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51202 - acesso em: 10 dez de 2013].

ROCHA, Dheiky. *A construção da imagem feminina nas leituras clariciana e luftiana*. Encontro Regional dos Estudantes de Letras: Alagoas, 2007, pp. 1-15.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 133 p.